

O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA ASDUERJ:

DITADURA MILITAR E LUTA POR DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

Cleier Marconsin

Assistente Social; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ); Pesquisadora em Movimentos Sociais do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (OTPP/FSS/UERJ); Primeira Vice-Presidente da Asduerj (mandato 2023 - 2025).

Resumo: O artigo trata do contexto sócio-histórico brasileiro em que se dá a fundação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj), focando nas incidências da ditadura militar, imposta pelo golpe militar de 1964, na sociedade brasileira. A ditadura, impondo a política econômica do capital nacional e internacional se expressava em ataques aos direitos da classe trabalhadora, repressão e assassinatos de lutadores e lutadoras dos movimentos sociais e políticos que a confrontavam. No âmbito do aparato do Estado, as perseguições também se davam e, dentro dele, as universidades, juntamente com a ciência, se tornaram alvo permanente da vigilância de órgãos como o Sistema Nacional de Informação (SNI) e outros, em função da permanente luta contra os ataques vividos. É parte desse processo a decretação do AI 5, em conjunção com a Reforma Universitária de 1968. As mobilizações da classe trabalhadora, em especial seus movimentos grevistas de finais da década de 1970, avançando para a de 1980, despertaram a sociedade para os enfrentamentos à ditadura, incluindo docentes, técnico/as-administrativos/as e estudantes. Nas universidades, docentes que não coonestavam com a ditadura, passaram a organizar associações locais e nacionalmente. Esse contexto marca a fundação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj).

Palavras-chave: Ditadura militar, sindicatos, universidades, docentes, lutas

THE SOCIO-HISTORICAL CONTEXT OF THE FOUNDING OF ASDUERJ: MILITARY DICTATORSHIP AND THE FIGHT FOR WORKING CLASS RIGHTS

Abstract: This article deals with the Brazilian socio-historical context in which the Association of Teachers of the State University of Rio de Janeiro (Asduerj) was founded, focusing on the effects of the military dictatorship, imposed by the military coup of 1964, on Brazilian society. The dictatorship, imposing the economic policy of national and international capital, was expressed in attacks on the rights of the working class, repression and murders of fighters of the social and political movements that confronted it. Persecution also occurred within the State apparatus and, within it, universities, together with science, became a permanent target of surveillance by agencies such as the National Information System (SNI) and others, due to the ongoing fight against the attacks experienced. The enactment of AI 5, in conjunction with the University Reform of 1968, was part of this process. The mobilizations of the working class, especially the strike movements from the late 1970s through the 1980s, awakened society to the need to confront the dictatorship, including teachers, technical/administrative staff, and students. At universities, teachers who did not support the dictatorship began to organize local and national associations. This context marked the founding of the Association of Teachers of the State University of Rio de Janeiro (Asduerj).

Keywords: Military dictatorship, unions, universities, teachers, struggles

Introdução

A ditadura militar se impôs, no Brasil, representando uma linha de continuidade aprofundada do modelo de desenvolvimento dependente ou associado brasileiro, como destaca Ianni (1991) e, conseqüentemente, da secular tradição heterônoma que marca a nossa formação. Importante esse registro, porque o golpe militar de abril de 1964, que impôs a ditadura, permitiu que fosse dada a ênfase desejada pela burguesia brasileira ao papel do mercado, autonomizando a economia da política, aprofundando a dependência externa, na perspectiva da “modernização conservadora”. Como mostra Netto (1991, p.31) a “modernização conservadora” foi concretizada de acordo com os “interesses do monopólio capitalista: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis, etc.” Era necessário, para a burguesia brasileira, barrar as tentativas existentes no país, no período imediatamente anterior ao golpe, de mudança estrutural do modelo de desenvolvimento, na perspectiva da ruptura com a histórica dependência externa. Além desse contraditório processo, as lutas por direitos, desenvolvidas pela classe trabalhadora urbana e rural organizada, objetivando mudar o curso da história econômico-político-social do país, se tornavam fortes.

De fato, no período imediatamente anterior ao golpe militar de abril de 1964 vivia-se um quadro de efervescência política por parte da classe trabalhadora brasileira, que preocupava a burguesia, historicamente empenhada em mantê-la excluída da vida econômica e política. Para termos uma ideia das lutas travadas, desde a redemocratização, após o final da Segunda Guerra Mundial, até o período em tela, além da estabilidade no emprego, que ganhou *status* constitucional, a classe trabalhadora organizada conquistou o 13^o salário, reivindicação central do movimento sindical desde 1953, após uma greve que envolveu trabalhadores e trabalhadoras em nível nacional. Avançou em termos de organização no campo e de luta pela reforma agrária.

Mas a efervescência referida afetava também os interesses do capitalismo internacional, porque se relacionava ao clima sócio-político vigente em todo o mundo. Segundo Netto (1991, p.142), a

década de 1960 foi marcada por “terremotos” econômico-sociais e político-culturais que afetaram a sociedade contemporânea, sendo fenômeno de caráter internacional. A tensão nas estruturas sociais do mundo capitalista, quer nos países centrais, quer nos periféricos, ganhou caráter diferente, novo. Dentre os vários acontecimentos históricos do período, a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, e seu ideário de libertação, reverberava em todos os continentes e a guerra do Vietnã mobilizava a juventude norte-americana. Assim, esse quadro, no Brasil, se concretizava no entrecruzamento entre amplos movimentos de luta sindical e lutas pela reordenação de recursos governamentais para as políticas sociais, movimentos com demandas sociais e culturais diversificados (mulheres, negros, jovens), em defesa do meio-ambiente, pela terra, por direitos sociais (educação, lazer, saúde, etc.), incluindo as denominadas “reformas de base”. Condições favoráveis passaram a existir para que as classes trabalhadoras se mobilizassem e se organizassem em defesa de seus interesses.

Do ponto de vista da educação superior estavam presentes o movimento estudantil e jovens docentes em defesa do ensino público. A União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, participava ativamente dessas lutas, dentre elas, a reforma universitária no contexto das “reformas de base” propostas pelo governo (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 139). Estava em pauta a discussão da reforma de todo o sistema de ensino, mas, em especial, o que se referia às universidades. No âmbito de docentes do ensino superior, dentre as várias questões postas em debate, como a luta pela democratização do ensino universitário, observa-se que a instituição da cátedra, que deu origem ao “catedrático vitalício, com poderes de nomeação ou demissão de auxiliares, era tida como empecilho à organização de uma carreira universitária”. Assim, dentre as várias frentes, lutava-se pela extinção da cátedra e a “adoção de tempo integral nos contratos docentes”.¹

Nessa quadra histórica, no Brasil, como aponta Netto (1991, p. 26), acirrou-se a contradição entre as “necessidades postas pela acumulação capitalista e a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas soci-

ais no sistema de poder político”. Potencializada e aprofundada pelas tensões, conflitos e lutas políticas e sociais, essa contradição engendrou, para o autor, uma crise da forma de dominação burguesa no Brasil. Por um lado, a burguesia dirigente encontrava-se tensionada pela necessidade de definir-se entre um modelo de acumulação nacionalista, independente - com intervenção do Estado - e a continuidade do modelo econômico-político de desenvolvimento dependente. Por outro, os conflitos e as lutas políticas e sociais em que as classes trabalhadoras e setores da pequena-burguesia exigiam direitos e reformas estruturais aprofundavam a crise.

Potencializado esse complexo de elementos, ao longo do tempo, a crise econômico-política poderia agravar-se, colocando em risco o projeto de dominação burguesa e não apenas a forma como ele se desenvolvera até então. A solução se deu em um quadro de força através de um golpe militar que, em abril de 1964, instaurou a ditadura militar (MARCONSIN, 2009).

1. A ditadura militar em seus atos iniciais: incidências na estrutura sindical e trabalhista

O primeiro elemento a ser imposto após o golpe militar foi apolítica de salários, sob determinação do Conselho Nacional de Política Salarial da ditadura militar. Isso significava um rigoroso controle dos acordos privados e dos reajustes no âmbito do serviço público, ou seja, impôs-se o denominado “arrocho salarial” (MARCONSIN, 2009, p. 130). O segundo elemento diz respeito à restrição ao crédito e o terceiro deu ênfase ao estímulo a Investimentos Externos Diretos (IEDs) e à exportação. Tais elementos fizeram-se acompanhar da colaboração ativa de agências internacionais e de outros governos, mas, em particular, segundo Ianni (1981, pp.5-11), “do sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico”, na perspectiva dependente.

Do ponto de vista das relações com a classe trabalhadora, esse quadro sócio-econômico-político foi fundamentalmente preciso em sua exclusão, negando seus direitos enquanto classe, dando cumprimento às soluções pelo alto, também históricas no Brasil.

Mais do que nunca, a questão social foi tratada com o binômio repressão seletiva/assistencialismo. Para garantir o “arrocho salarial”, com base na doutrina da segurança e desenvolvimento, a ditadura militar utilizou-se da repressão policial, da censura, de leis próprias para a política salarial, além da intervenção em 130 sindicatos, federações e confederações².

Os dirigentes das organizações sob intervenção tinham seus direitos políticos cassados pelo Artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sob a égide da ditadura do grande capital, como define Ianni (1981), uma sistemática repressiva desenvolveu-se à medida em que as mais diversificadas e heterogêneas medidas econômicas, sociais, políticas e jurídicas eram colocadas em prática.

Conforme Mattos (2002, p. 67), entre 1964 e 1967, primeiro momento da ditadura militar, o movimento sindical foi amordaçado, com repressão e intervenções. Forte perseguição política e repressão policial para garantir que os direitos trabalhistas passassem por graves modificações regressivas foi a tônica. Dentre elas, vale destacar:

1. Proibição do direito de greve, com a Lei nº 4330, de junho de 1964, conhecida como a lei anti-greve.
2. Reajuste anual, baseado em índices unificados relativos à inflação, criado em 1964, tornado permanente pela Lei 5451 de 1968³;
3. Fim da estabilidade aos dez anos de serviço - substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que aparecia como se fosse uma opção às trabalhadoras e trabalhadores⁴.

Em relação ao funcionamento dos sindicatos, as alterações regressivas foram impostas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no artigo 528, através do Decreto-Lei nº3 de 27/01/1966, dando cumprimento à assim denominada, pela ditadura militar, Doutrina de Segurança Nacional:

Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas

necessárias para normalizar-lhe o funcionamento (MARCONSIN, 2009, p. 132)

Importa registrar que esse processo atingiu diferentes setores, áreas e aspectos da sociedade, não apenas os sindicatos e as lutas mais gerais por direitos, ou seja, os rebatimentos das ações da ditadura se deram no âmbito da sociedade e do Estado como um todo. Em termos do Estado, pensando o objeto de nosso debate, qual seja, a conjuntura sócio-histórica no período de fundação da Asduerj, como representante de direitos de docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é necessário destacar as ações ditatoriais dirigidas especialmente à ciência e à educação, em suas relações orgânicas. É nesse recorte que ganham substância os ataques desfechados, permanentemente, pela ditadura militar, às universidades públicas, seus estudantes, trabalhadoras e trabalhadores.

2. Universidade e ditadura militar

Souza (2024, p. 11) mostra que a ditadura militar, em suas incidências na sociedade brasileira, "gradativamente militarizou os postos civis de direção do Estado e das instituições a ele subordinadas", dentre elas, as universidades públicas do país. Impôs a neutralização de "posições contrárias para levar adiante as reformas exigidas pelas classes sociais que alçaram os militares à posição de comando do país". Inclusive, ainda para Souza (2024, p. 11), parte considerável "do processo de militarização da sociedade brasileira foi plasmado no desenvolvimento da nossa ciência".

Ainda em 1964, após o golpe militar, ocorreu a 16ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nessa reunião, segundo Souza (2024, p. 13):

[...] foi inaugurada a marca histórica, na ciência brasileira, de reuniões cercadas por informantes da ditadura empresarial-militar. Como consequência, durante esses anos, centenas de informes dos órgãos da ditadura expressaram milhares de páginas de investigados.

A ciência brasileira, assim, estava sujeita ao controle da extrema-direita, que pretendia "direcionar e disputar sua inserção dentro do processo aberto com o golpe" (SOUZA, 2024, p. 14). Esse

foi um processo que perdurou ao longo dos anos, sendo as reuniões da SBPC, posteriores, objetos constantes de policiamento da ditadura. Tendo a ciência, como característica marcante, a capacidade de plasmar "contradições sociais mais amplas em seu interior", conforme mostra o autor (SOUZA, 2024, p. 15), no período em referência "ela foi particionada entre apoiadores e contestadores da ditadura empresarial-militar, ainda que com variados matizes intermediários". Nesse caminho, a perspectiva das classes dominantes, através dos agentes da ditadura, se fazia presente nas universidades, em todos os seus aspectos.

A luta de classes seguiria com todas as suas nuances dentro da universidade brasileira, polarizando interesses e colocando sobre a ciência nacional as marcas de classe de uma sociedade que submeter-se-ia nos anos seguintes ao acordo assinado entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*—USAID), que ficou conhecido como Acordo MEC- USAID (Souza, 2024, p. 11).

As universidades passaram a ser vigiadas diretamente. Esse processo viabilizou, e de forma grave, que os apoiadores da ditadura militar fossem instrumentalizados "para perseguição de contestadores, entre eles professores, mas não apenas". Realmente, como aponta Souza (2024, p. 14), em seus estudos sobre o período, a "delação de professores contra outros professores seria característica da ciência brasileira, na ditadura, assim como a instalação de locais de denúncias junto às reitorias universitárias". Nesses locais, as denúncias, além de serem contra docentes, se espalhavam ao conjunto de integrantes das comunidades universitárias, como técnicos/as administrativos/as e estudantes.

Do ponto de vista do movimento estudantil, a ditadura buscava controlar ostensivamente. Inclusive, após o golpe, um grupo de militares invadiu e incendiou a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, na noite mesmo de 30 de março para 1º de Abril. No mesmo caminho, por meio da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, chamada Lei Suplicy de Lacerda, a UNE foi posta na ilegalidade.⁵

Ainda em 1964, conforme nos traz Souza (2024, p. 15), uma “ofensiva, com depuração institucional, iniciou-se com a chamada Operação Limpeza, desencadeada com o Primeiro Ato Institucional (AI-1)”. Essa Operação Limpeza, além de atingir o Congresso Nacional, com suspensão de mandatos eletivos de seus membros e com ataques a “setores ligados à atividade política em geral”, voltou-se para dentro do aparato estatal com o objetivo de remover pessoal considerado esquerdista, dentro dele, as universidades foram alvos recorrentes. Ao longo dos anos, foram várias as universidades atacadas, como por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB) a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dentre outras. Os “expurgos e prisões atingiram docentes importantes no mundo da ciência e das universidades brasileiras”, além de técnicos/as administrativos/as e estudantes, como apontamos anteriormente. Esses ataques tinham como propósito extinguir o que havia de contestação ao que se vivia na sociedade brasileira, e nas universidades, também (SOUZA, 2024, p. 15).

Observa-se, portanto, que a influência do pensamento autoritário na ciência brasileira não ocorreu sem contestações. Embora sempre acompanhadas de repressão, esse aspecto tem grande importância no processo, em especial, considerando-se o crescimento das universidades que ocorria, concomitantemente, no período.

De fato, um elemento histórico importante, à época, a ser destacado, aqui, diz respeito à ampliação do ensino superior, com o crescimento de cursos universitários e da Pós-Graduação. Como parte do processo societário em curso na sociedade brasileira, anteriormente ao golpe, havia pressões pela ampliação do ensino superior no país, sendo que essas pressões não se extinguíram com a imposição da ditadura militar. No processo, a disputa do mercado de cursos universitários privados se fortaleceu. Nesse caminho, estão incluídas as condições de funcionamento postas pela exigência de uma Reforma Universitária, com foco voltado aos interesses do mercado, mas que não poderia sair do controle da burocracia militar, portanto, incidia sobre a estrutura das universidades públicas, também.

Não poderia sair do controle da burocracia militar porque, ao mesmo tempo, as contestações em andamento na sociedade se agudizavam. Isso significou que, não obstante o clima extremamente repressivo, no ano de 1968 houve uma retomada dos movimentos de luta na sociedade brasileira. As greves de Contagem (MG) e a de Osasco (SP)⁶, que objetivavam o fim do arrocho salarial e a criação do contrato coletivo de trabalho, são demonstrativas disso, marcando significativamente a memória do movimento sindical e político brasileiro (GIANNOTTI, 2007, pp.198-200).

No mesmo período, os estudantes também passaram a desenvolver ações de contestação política como passeatas e atos diversos⁷. Conforme mostra Netto (1991, p.37), formou-se uma frente ampla, unificando as “várias pontas, estudantes, sindicalistas e deputados oposicionistas”, que buscava confrontar a ditadura.

Como resposta a esse processo, ainda no ano de 1968, a ditadura militar buscou neutralizar e reprimir duramente esses setores de oposição, através de duas ações conjugadas, igualmente importantes: o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a Reforma Universitária.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) fechou o Congresso, cassando mandatos de deputados oposicionistas e de sindicalistas, prendendo estudantes, docentes, colocando os direitos políticos individuais sujeitos à suspensão por 10 anos, decretando o fim do *habeas corpus*, dentre outros ataques aos direitos. Já a “Reforma Universitária de 1968” foi instituída como parte da reestruturação e reforma do Estado brasileiro, no âmbito das universidades. Como apontamos anteriormente, foi composta pelo Acordo MEC- USAID, assinado entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* – USAID), sendo “implementada nos anos seguintes pelos professores favoráveis ao regime”. Conforme mostra Souza (2024, p. 17):

[...] Florestan Fernandes (2020), um dos professores aposentados compulsoriamente pela ditadura, em 1968, caracterizou esse processo como uma reforma universitária consentida, que, servindo como ajuste da educação superior aos in-

teresses dos militares, contou com intelectuais e cientistas apoiadores do regime.

A partir desse período, o regime militar buscou estruturar, nas universidades, órgãos que centralizassem informações sobre o que considerava seu inimigo interno, uma vez que havia muita contestação, ainda.

Houve, com isso, uma atuação conjunta, articulando a força da repressão aberta com a política educacional de reformas. Como expressão dessa combinação dentro da institucionalidade universitária, o período após o AI-5 significou a interiorização de novas determinações gerais na particularidade do processo educacional (SOUZA, 2024, 19).

Esse momento na educação superior, no Brasil, foi sustentado por repressão voltada para neutralizar as ideias contrárias à ditadura, mas, importa destacar, como mostra Souza, que estavam presentes nessas “novas determinações”, os “interesses de mercado no processo de privatização da educação”. Assim, o objetivo era possibilitar que as “empresas privadas de educação fossem as maiores beneficiárias da financeirização da educação” (2024, p. 19).

Isso se materializava de diversas maneiras, como o ensino voltado inteiramente para a formação de mão de obra “dócil” para o mercado, com demissões de docentes e técnico-administrativos/as que contestavam esse caminho e impedimento de serem contratados em outros órgãos públicos por muitos anos, expulsão e proibição de estudantes, que divergiam, de matricularem-se em outros espaços de ensino, prisão, mortes, e outras ações punitivas e repressivas. Para materializar essa e outras políticas de interesse do mercado, pela ditadura, foram criadas as “Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AEST’s), órgãos internos das universidades para investigação e obtenção de informações que funcionaram de forma articulada com as reitorias”. Além dessas Assessorias, a “utilização de agentes de informações no interior de salas de aula foi prática comum, sendo reconhecida na quase totalidade das instituições universitárias” brasileiras (SOUZA, 2024, pp. 19-20). Nesse processo, foi muito importante a implantação da Escola Superior de

Guerra (ESG), em muitas universidades e as relações com o Sistema Nacional de Informações (SNI), sendo os professores formados nessa estrutura voltados para a delação.

Os cursos da ESG, portanto, tinham como objetivo espalhar a Doutrina de Segurança Nacional através de civis e militares nos cargos de direção do Estado brasileiro e, assim, fomentaram parte dos interesses da ditadura dentro da estrutura universitária (SOUZA, 2024, p. 21).

O ano de 1968 iniciou, assim, o período mais repressivo da ditadura militar, aprofundando as “depurações e expurgos”, em termos gerais, na sociedade (SOUZA, 2024, p. 11). No interior desse quadro repressivo, ao longo dos tempos, a universidade brasileira, embora tenha se ampliado, como apontamos, sofreu duros ataques.

A Uerj não poderia ficar distante desse processo, embora de acordo com suas especificidades.

4. No contexto de luta contra a ditadura militar, a fundação da Asduerj

Importante registrar que, no âmbito da Uerj, conforme Mancebo (1996, p. 11, apud, SILVA, 2018, p. 41), não houve uma “intervenção militar, como em outras escolas do país”. Não houve necessidade disso, porque “o colaboracionismo estabelecido em 64, e reafirmado em 68, com o regime militar, traduzia afinidades que já estavam delineadas bem antes do golpe”. Esse adesismo da Uerj se dava inteiramente em acordo com os interesses do mercado, como se deu em nível nacional, mediante o sistema educacional proposto pelo regime militar, como mostra Mancebo (2006, p. 315, apud, SILVA, 2018, p. 41):

Em 1968, por ocasião da elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento (PID) da então UEG (Universidade do Estado da Guanabara), somente o ensino é cotejado, diretamente vinculado ao mercado de trabalho, o que acabou por aprofundar esta tendência anti-intelectualista. O ensino proposto no PID não se abalizava por preocupações acadêmicas, mas visava explicitamente a desestruturar a universidade como espaço de contestação e da ciência potencialmente transformadora, tornando-a um celeiro de formação de mão de obra dócil para o mercado de trabalho e de atividades instrumentalizadas para o desenvolvimento do *status quo*.

No entanto, apesar do adesismo, havia contestações na universidade como ocorria em termos nacionais. Segundo Silva (2018, p. 43), havia uma “gama significativa de militantes políticos resistentes à ditadura dentro dos quadros da universidade”. Ou seja, não era, a Uerj, um campo monolítico de adesão completa ao regime, o que significava perseguição, repressão e prisões. No próprio ano de 1968, com a imposição da Reforma Universitária em conjunto com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), ocorreram perseguições, prisões e mortes de estudantes⁸. Em 1969, com a imposição do Decreto-lei 477⁹, observa-se a perseguição e cassação de docentes. Nesse processo, assim como ocorreu em outras universidades públicas, também na Uerj (à época UEG) houve a instalação da Escola Superior de Guerra (ESG), que dava autoridade à universidade para vigiar e punir sua comunidade, em conjunto com o SNI.

Sabia-se que havia agentes da polícia política, que se infiltravam nas salas de aula, que perturbavam o juízo de todos, o tempo todo, o que causava um grande estresse e mal-estar, com desconfiança generalizada sobre quem poderia estar espionando e delatando. Isso não só ocorria com os agentes infiltrados pelas agências repressoras, mas também pelos alunos, funcionários ou professores que haviam sido recrutados a serviço da ditadura (BARROS, 2014, p. 111-114, apud SILVA, 58).

Outro aspecto importante a destacar é que a Uerj, no que se refere ao investimento em pesquisa e à produção acadêmica se encontrava sem lastro e muito frágil. Evidentemente, a política da ditadura, de atendimento aos interesses do mercado, como apontamos anteriormente, permitia a continuidade desse processo. Nesse caminho, também não é possível identificar, no período, um “regime de trabalho docente” que pudesse organizar “a vida funcional de professores e professoras na universidade” (SILVA, 2018, p. 60).

Mas, como já identificamos, essa situação de atrelamento das universidades, em geral, à ditadura militar não impediu que docentes travassem a luta contra a condição autoritária e por organização do trabalho. Embora muitas vezes interrompida pela repressão, essa postura combativa tem continuidade a partir das décadas de 1970 e 1980, o que levou, efetivamente, à organização da cate-

goria docente em diferentes espaços universitários, incluindo a Uerj. De fato, para Silva (2018, p. 70), na Uerj:

Os docentes que organizaram o movimento docente em sua fase inicial, do período final da década de 1970 e início da década de 1980, eram militantes da resistência democrática à ditadura empresarial-militar, que se encontravam na universidade anteriormente ao período da redemocratização. Esse traço constitutivo da categoria professoral é específico da formação e da experiência docente da universidade. Portanto, o movimento dos professores foi potencializado pela presença significativa desses militantes que, contando com larga experiência de luta contra a ditadura militar, puderam engendrar a organização associativa da categoria.

Essa movimentação se expressou, na Uerj, no final dos anos 1970 e na década de 1980, como parte, também, das mudanças qualitativas que ocorreram no âmbito da mobilização coletiva de professores/as brasileiros/as. As reformas educacionais do regime militar levaram ao crescimento do número de docentes em termos de rede pública, ao mesmo tempo em que as condições salariais e de trabalho permaneciam precárias. Tratava-se de um cenário de arrocho salarial, como o que ocorria com a classe trabalhadora brasileira como um todo, reforçando um ciclo de mobilizações coletivas e de greves.

Assim, o final da década de 1970 se constitui um período em que as lutas de diferentes setores da sociedade brasileira contra a ditadura, se reavivaram. Do ponto de vista da classe operária, ocorreu um crescimento das greves contra o que Antunes (1988) identifica como superexploração do trabalho, imposto pela ditadura militar ao longo dos anos, para garantir a economia política imprescindível ao capital monopolista. Como apontamos anteriormente, além de perdas salariais, essa política foi concretizada com proibição de greves, desmantelamento das organizações e movimentos políticos, sindicais e populares bem como prisão, deportação e morte de suas vanguardas.

As ações ditatoriais, que ocorriam em todos os aspectos da vida em sociedade, ao imbricarem-se com a crise internacional do capital, que irrompe na transição dos anos 1960 para 1970, incluindo o Brasil, esgotando o padrão de acumulação de-

envolvido pela autocracia burguesa, incide em sua dinâmica inteira, em especial, a partir de meados de 1970 até seu final, atravessando a década de 1980. As fissuras políticas frente à crise atingiram o próprio bloco no poder. O tripé de sustentação do padrão de acumulação — monopólios nacionais, internacionais e setor produtivo estatal — necessitava de alternativas econômicas do Estado para superar a crise que acirrava as dissensões políticas, pois os segmentos negavam-se a assumir os custos dela. Ou seja, esse processo inicial da crise internacional do capital incidiu sobre a ditadura militar, também, explicitando que seu futuro imediato tendia a comprometer-se numa rede crescente de fenômenos de instabilidade. Entre a classe trabalhadora a insatisfação crescia, atingindo todas as suas camadas, espalhando-se pelo conjunto da sociedade brasileira.

Frente a esse quadro, a ditadura instituiu o que se denominou, à época, abertura lenta e gradual, na perspectiva de dar continuidade ao aniquilamento de qualquer forma de contestação radical e conquistar setores da sociedade brasileira com mediações políticas, porque só a coerção não bastava mais. Todavia, a reinserção da classe operária, com seu forte movimento grevista, abalou esse projeto.

Antunes (1988) considera que a crise foi um determinante desse movimento, e sua eclosão guarda relação contundente com as *explosões grevistas*. Em finais da década, mais exatamente no ano de 1978, esse processo desaguou nas Greves de Maio, que tiveram caráter de espontaneidade e grande participação, marcando o renascimento da ação político-sindical da classe trabalhadora no Brasil, após anos de dura repressão. As reivindicações abrangiam vários itens, mas centravam-se nos aumentos salariais, redução da jornada de trabalho, vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, reconhecimento e estabilidade para delegados/as sindicais, incidindo também no reconhecimento do direito de greve, que tinha proibição imposta pela ditadura militar. Foram seguidas, em 1979, pela Greve Geral Metalúrgica. Para Antunes (1988), a Greve Geral Metalúrgica, de 1979, através do confronto declarado de trabalhadores e trabalhadoras ao Estado do capital, significou um

passo adiante, escancarando, para a classe trabalhadora e a sociedade, em geral, sua nítida dimensão política.

Foi exatamente pelo fato de a efetivação das greves se contraporem ao pilar fundante da política econômica que o Estado ditatorial reagiu duramente, procurando, num primeiro momento, utilizar-se de um instrumental ideológico-persuasivo, para, posteriormente, descarregar sua dimensão marcadamente repressiva.

Mesmo com a repressão da ditadura, com prisão de lideranças, intervenção nos sindicatos, as greves de fins de 1970 avançaram para diferentes categorias profissionais além da metalúrgica, como bancários/as, jornalistas, operários/as da construção civil, médicos/as, lixeiros/as e outras, incluindo aquelas alocadas nas instituições públicas, em geral, e nas universidades, em particular. Observa-se uma efervescência político-ideológica de grandes proporções na sociedade brasileira. Ou seja, essas lutas potencializaram outras já em andamento; pela Anistia, contra o alto custo de vida, pela reforma partidária, contra a violência doméstica, contra o racismo, pela reforma agrária, entre outras igualmente importantes.

Observa-se, nesse processo, também, a movimentação de docentes das redes públicas do ensino primário, secundário e superior. No âmbito de docentes do ensino superior significou a construção de uma identidade profissional, com perspectiva fundamentalmente trabalhista, o que a categoria não tinha vivido até então.

Foi exatamente nesse processo que ocorreu a fundação da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) e de outras associações de docentes de ensino superior, no Brasil. Na época, o funcionalismo estava proibido, pela ditadura, de construir sindicatos, então, passaram a se organizar em Associações. Nessa conjuntura, a Asduerj foi fundada como Associação dos Professores da Uerj (APUERJ), no dia 07 de maio de 1979, em uma assembleia com a presença de 92 professoras e professores, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na cidade do Rio de Janeiro. Segundo relatos de docentes, que estavam construindo a organização, à época, não foi possível realizar a

assembleia na universidade em função da Reitoria, do período, impedir a sessão de um local para o evento sindical.

O movimento docente da Uerj, como indica Silva (2018,p. 70) se constituiu de militantes da “resistência democrática à ditadura empresarial–militar, que se encontravam na universidade anteriormente ao período da redemocratização”, podendo, assim,”engendrar a organização associativa da categoria”, a partir da experiência de luta que portavam.

A categoria docente da Uerj, dentro do contexto da redemocratização, assim como professores das redes públicas do ensino básico, metalúrgicos, bancários, petroleiros, começaram a se reorganizar e iniciaram intensas mobilizações por salário, condições justas de trabalho, defesa da democracia, direitos políticos e sociais.

Considerações finais

Essa conjuntura, que se expandiu desde o golpe militar, atravessando a vida universitária, porque se constitui parte da sociedade brasileira, com repressões, mortes e perseguições, como vimos, esteve composta, ao mesmo tempo, de muitas lutas. Desde quando se fortalece a luta de operários na sociedade, desde fins da década de 1970, amplos setores, dentre eles, trabalhadoras e trabalhadores das universidades se projetam na malha do combate mais organizado. Assim, nos anos seguintes, as diferentes associações de docentes já existentes, entre elas, a Asduerj, criaram a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – a ANDES.

Nesse período, muitas reivindicações dessa categoria foram sendo fermentadas em mobilizações cada vez mais expressivas e, no final da década, a categoria fez da greve um instrumento de luta fundamental. A primeira delas, de abrangência nacional, ocorreu entre 16 de novembro e 11 de dezembro de 1980, precedendo, inclusive, a fundação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). (MINTO, 2014, p. 293, apud SILVA, 2018, p.71).

Era constituída como a ANDES - associação - porque, à época, como apontamos anteriormente, servidoras e servidores públicos estavam proibidos de constituírem sindicatos, sendo que essa proibição é derrotada na Constituição de 1988. A par-

tir desse período, a ANDES passa a denominar-se o ANDES - Sindicato Nacional e as Associações tornam-se Seções Sindicais do ANDES-SN. Numa linha de continuidade com as lutas de enfrentamento à ditadura dentro das universidades, traziam a defesa do ensino público e gratuito, bem como lutavam pela democratização do espaço universitário e da ciência, sem secundarizar os direitos trabalhistas e sindicais. O Andes-SN foi construído com a perspectiva de “defender e representar docentes de todo o país sem se submeter ao Ministério do Trabalho e à sua ditadura sobre o(a)s trabalhadore(a)s” (SILVA, 2018, p. 71).

A Asduerj, como Seção Sindical do ANDES-SN, esteve, desde então, permanentemente, buscando a construção da representação local, mas também da organização nacional.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R.A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80. São Paulo: Ensaio, Campinas (SP): editora da UNICAMP, 1988.

GIANNOTTI, V. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

IANNI, O. A ditadura do grande capital. Col. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

MARCONSIN C. Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. In <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH568cDtWGZ8yZdYjHHQ/> Acesso em 10/08/2024.

MATTOS, M.B.Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez, 1991.

SILVA, C.E.M. Uerj em movimento: da resistência democrática à democracia da (re)existência(1985/2016). 2018. 229 f. Tese de Dou-

torado em Políticas Públicas e Formação Humana, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, J. A.M. A contrarrevolução armada de 1964 e a militarização da ciência: alguns aspectos da luta de classes na intelectualidade e na universidade brasileira. Brasília. Revista Universidade e Sociedade, ANDES-SN, Ano XXXIV, Nº 73, fevereiro 2024, p. 10-25.

VICENTINI, P. P., LUGLI, R. G. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo (SP), Cortez, 2009.

Documentos, textos, jornais, sites

História da UNE. In <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> Acesso em 07/08/2024.

Olhares sobre os 60 anos do golpe de 64: Uerj promove eventos e cria Comissão da Verdade. <https://www.uerj.br/noticia/olhares-sobre-os-60-anos-do-golpe-de-64-uerj-promove-eventos-e-cria-comissao-da-verdade/> Acesso em 16/08/24.

Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. In <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16/08/24.

Notas

¹ Martins, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. In <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH568cDtWGZ8yZdYjHHQ/> Acesso em 10/08/2024.

² Entre 1964-1970 houve 652 intervenções sindicais. V. GIANNOTTI. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

³ Essa lei foi reformulada em 1974 pela Lei 6147. C. Marconsin, Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo.

Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2009, p. 131.

⁴ A Lei 5107, de setembro de 1966, colocou esse “fundo unificado de reservas” sob a administração do Banco Nacional de Habitação. Op. Cit. Nota 3.

⁵ História da UNE. In <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> Acesso em 07/08/2024.

⁶ A greve de Contagem (MG) durou uma semana e, mesmo com a dura repressão, obteve 10% de abono estendido a todo o país, em julho de 1968, como abono emergencial. Em Osasco, a greve durou seis dias, o exército ocupou a cidade e as fábricas, interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo sua direção e 500 trabalhadores/as. V. GIANOTTI. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007, pp.198-200

⁷ Em março de 1968, em uma passeata no Rio de Janeiro, a polícia matou o estudante, Edson Luís, o que provocou, em todo o país, uma onda de manifestações e protestos durante o ano todo. Em junho, a Passeata dos Cem Mil tornou-se a maior manifestação ocorrida até então, mas diferentes atos foram organizados em outras capitais, como Recife, São Paulo, etc., sempre acompanhados de forte repressão, sendo que, naquele ano, sete manifestantes foram mortos, a maioria no Rio de Janeiro.

C. Marconsin, Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2009, p. 133.

⁸ O estudante de Medicina da Uerj Luiz Paulo da Cruz Nunes foi assassinado, em 1968, em um protesto contra a ditadura, em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto. Olhares sobre os 60 anos do golpe de 64: Uerj promove eventos e cria Comissão da Verdade.

<https://www.uerj.br/noticia/olhares-sobre-os-60-anos-do-golpe-de-64-uerj-promove-eventos-e-cria-comissao-da-verdade/> Acesso em 16/08/24.

⁹ O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi baixado pelo então presidente Artur da Costa e Silva. O decreto-lei previa a punição de estudantes e trabalhadores e trabalhadoras, em geral, de universidades, considerados culpados de subversão ao regime militar. In <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16/08/24.